

DESENHO E ARTE

Brasília, sexta-feira, 19 de julho de 1985

As questões indígenas são prioridades no Brasil de hoje, mas isso não parece ter sensibilizado a Nova República, que nada faz para inverter esta situação. Quem diz isso é Marcos Terena, um índio que vive entre os brancos para defender melhor sua gente.



TERENA

Um líder índio abre o verbo: Sem terra não existe cultura indígena

SEVERINO FRANCISCO
Da Editoria de Cultura

Nada mudou na política indigenista oficial da Nova República — com exceção do Ministério da Cultura — em relação aos governos da Velha República. E mais: se mudou, mudou para pior. As soluções adiadas e os problemas acumulados durante governos anteriores se manifestam em conflitos cada vez mais frequentes. O alerta parte de Marcos Terena, assessor para Assuntos Indígenas, do Ministério da Cultura. Basicamente, a ação da Assessoria está voltada para os aspectos culturais e educacionais.

Entretanto, é óbvio que estes problemas estão atravessados por questões políticas cada vez mais inadiáveis. Como assegurar autonomia cultural sem autonomia política? Como se falar em cultura sem assegurar a condição elementar de sobrevivência do índio: a terra? Até o momento nada foi feito no sentido de provocar uma mudança de perspectiva em relação a questão do índio na Nova República. "Na medida em que as soluções não chegam às áreas indígenas as tensões explodem. As únicas demarcações feitas pela Funai fazem parte de um projeto do Banco Mundial para beneficiar as populações mais carentes. Quer dizer, o Banco Mundial só libera as verbas se estiver sendo realizado um trabalho que beneficie as populações carentes".

Pessoas que sempre tiveram comportamento contrário aos interesses dos índios estão novamente instalados em setores do Governo diretamente ligados às decisões sobre a questão indígena — continua Terena. Um sintoma claro está no fato de que os índios não procuram estes setores. Situações anteriores criaram um clima de absoluta desconfiança. Nas crises do Governo Figueiredo estas pessoas foram expurgadas da Funai. Uma das conquistas foi estabelecer que um índio ocupasse a chefia de gabinete da Funai. Estes setores do governo acima citados já fizeram a proposta de extinção pura e simples da chefia de gabinete sob a alegação de que não fazia sentido, pois não era ocupada por brancos".

Como se falar em educação e cultura se não existe espaço para o índio sobreviver? E na confluência implícita nesta questão que cultura, educação e política tornam-se indivisíveis. Ou seja: o índio precisa de terra e este é o ponto mais polêmico. Aparentemente o espaço em que os índios vivem é muito grande. Mas o índio não vive em módulos. A sociedade indígena é comunitária: sobrevive da caça, da pesca e da coleta.

Precisa de grandes espaços. As riquezas que o branco considera nem sempre são riquezas para o índio. O índio não vê sentido em se desmatar para plantar capim: "Existe uma concepção de espaço e de valores totalmente divergente da concepção e dos valores da sociedade branca. Então é preciso todo um trabalho de sensibilização e de conscientização dos representantes do governo na Nova República e da opinião pública em geral no sentido de reconhecimento da cultura indígena. E preciso também um trabalho de conscientização de valores com a própria comunidade indígena para que ela não seja enganada por algum aventureiro que proponha fazer, por exemplo, um arrendamento de terra".

Os conflitos existem na medida em que existem interesses e universo de valores e perspectivas divergentes. A Funai não demarca as terras. Nos instantes em que ocorrem conflitos mais agudos, os técnicos da Funai visitam as aldeias, realizam estudos, voltam para Brasília. E não acontece nada. Esta situação irrita os índios e acirra os conflitos em escalada progressiva. A Funai não demarca porque não depende dela — explica Terena: Existe o Decreto 88.118, que é um entulho autoritário. Segundo este decreto todas as questões de terra relacionadas com os índios deveriam ser resolvidas por um grupo interministerial formado pelo Conselho de Segurança Nacional, pelo Miraflores, pelo Minter e pelo governo de cada Estado: "Ora, todos eles são oposição aos índios!" — arremata Terena.

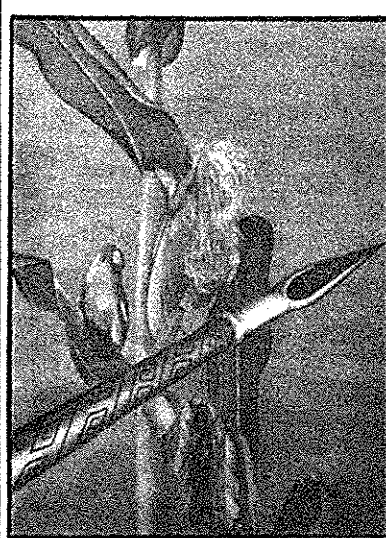
Para que a questão da terra tenha uma solução efetiva é preciso conquistar força política para a Funai atuar em defesa dos interesses da comunidade indígena. A Funai tem de obter crédito do Palácio do Planalto — sustenta Terena — para que readquirir a confiança das comunidades indígenas: "A Funai deveria ser transformada em uma secretaria especial ligada diretamente ao Planalto. Durante a campanha para eleição de Tancredo Neves chegou a ser criada uma comissão de estudo sobre a questão indígena. Me parece que ela seria o embrião desta secretaria especial de acordo com a vontade de Tancredo Neves".

Através da Assessoria, do Ministério da Cultura, os índios vão brigar para serem incluídos pela Seplan, no PND: Plano Nacional de Desenvolvimento e para participarem efetivamente na elaboração da próxima Constituição. Terena alerta para indagações de uma tentativa de esvaziamento da Funai através da criação de portarias estabelecendo o repasse de verbas por intermédio de órgãos como a Sudene: "Isto não po-

de ocorrer porque a Funai é o único espaço de briga do índio pelos seus direitos. E preciso fortalecer a Funai de qualquer maneira. A Funai deveria sair do Minter e ocupar um escalão mais alto. Os partidos políticos terão uma importância vital na medida em que podem assegurar uma participação efetiva do índio na elaboração da Constituição".

Mas, na realidade, as principais trincheiras de trabalho da Assessoria para Assuntos Indígenas, do Ministério, são educação e cultura. Em primeiro lugar, será realizado um levantamento de toda a doutrina educacional: dos valores da cultura indígena aos valores da cultura branca, utilizados para autodefesa: "A análise passa pelo plano educacional imposto aos índios pelos Jesuítas até métodos vigentes na Nova República. O que foi feito pelas missões?". Ao mesmo tempo, a Assessoria pretende analisar os programas das escolas de 1º e 2º graus em termos de orientação pedagógica sobre a história do indígena como pessoa e como sociedade: "Você não pode elaborar um plano de educação somente para os índios sem levar em conta a sociedade envolvente". Um dado: nos 75 anos de serviços de proteção ao índio, instituídos pelo Estado, o número de índios que conseguiram concluir a formação superior não passa a cifra de 10: "Vamos sondar com o Ministério da Educação para saber da possibilidade de uma maior participação do índio em contatos nos diversos convênios para bolsas de estudo entre países. A gente precisa estudar um mecanismo para que o índio estude em uma universidade e seja considerada a sua etnia diferenciada." A cultura é a única fórmula de preservar o índio como sociedade autônoma: "Nós vamos implantar escolas a partir da própria realidade ambiental dos índios. A comunidade participará de tudo. E quando a gente fala em mutirão não é só mutirão para construção de qualquer coisa. O aspecto essencial deste mutirão é a conscientização do índio sobre os seus valores. A gente tem de inovar junto com a comunidade. Veja os índios precisando aprender a ler. Mas as cartilhas dizem assim: "O avião voa". Geralmente eles não conhecem avião. Se a cartilha dissesse o gavião voa eles entenderiam".

Muita gente já fotografou, realizou filmes, documentários para televisão sobre o índio, com objetivos comerciais. E o índio não se beneficiou em nada com este trabalho. Esta situação será analisada junto ao Conselho Nacional de Direito Autoral. "É claro que existem trabalhos de jornalismo. Isto é outra história. Isto faz parte da briga do índio pelo seu reconhecimento. Sem terra não se pode falar em cultura do índio".



Índios: uma revolta surda na obra de T. Lacerda

O drama da invasão branca em terras indígenas. A perda de identidade, a aculturação. A perda de espaço. A luta por manter intacta uma cultura. Temas da exposição de T. Lacerda, que pode ser vista até o próximo dia 30, na Sala de Exposição do Banco Central (Edifício Sede — "hall" de entrada), sempre de nove às 19 horas; nos sábados, das 14 às 18 horas.

A comocão do artista plástico diante do problema traduz-se em formas plásticas. T. Lacerda aborda a questão sem cair no demagógico, encontrando o equilíbrio em situações pictóricas, nas quais o índio aparece integrado à terra, como explica o artista plástico Elder Rocha Lima: "O artista representa a estrada que destrói a saúde e a cultura do 'selvagem'. Parece que reconhece a fatalidade desse confronto, mas denuncia o fato numa revolta surda".

A técnica é óleo sobre tela. Ainda Elder Rocha Lima: "O uso do óleo permite a mistura de tonalidades ou cores na própria tela, processo que foi adotado ao longo dos séculos, desde que foi inventada a pin-

tura a óleo. Por outro lado, essa fatura delicada resulta numa definição de desenho e ausência de "passagens".

T. Lacerda acumula um currículo longo de exposições. 1971: IV Salão Anual de Professores e Alunos da Faculdade de Artes da UFGO — Goiânia; 1979: individual na Galeria do Chicago Centro de Línguas — Goiânia; 1980: coletiva de artistas goianos; Semana de Artes Plásticas AAB — Goiânia; coletiva, Galeria Samarte, Rio de Janeiro; coletiva, Galeria Brazilian Art Incorporated, New York; e coletivas na Gallery Art and Handcraft, em Toronto, no Canadá. Daí seguiram-se mostras em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Brasília e novamente Goiânia. "T. Lacerda tem pela frente um caminho longo e frutífero se persistir nessa fascinante, difícil e nem sempre bem compreendida atividade de pintor", afirma Elder Rocha Lima, acrescentando: "Esta atividade só se consolida com um longo e pertinaz exercício, às vezes solitário e angustioso".